

Ampliação dos Espaços Sociais a Partir da Teoria Política e Econômica Liberal e Suas Consequências em Termos de Estratégias de Desenvolvimento

Autor: Márcio Carneiro dos Reis
FEAD-MINAS
SECTES-MG

Área Temática 4: Economia, Estado e Desenvolvimento **Sub-Área: 4.1: Teorias do Desenvolvimento**

Resumo:

A proposta deste trabalho é demonstrar a ampliação dos espaços sociais, a partir da contraposição entre a teoria política e econômica liberal e as contribuições de Boaventura de Sousa Santos e Karl Polanyi. Definindo espaços sociais como sendo o que a teoria social é capaz de abarcar da realidade, para compreendê-la e, então, propor estratégias de desenvolvimento, o autor, com base em Adam Przeworsky e Norberto Bobbio, estabelece uma relação entre arcabouços teóricos nas Ciências Sociais, projetos políticos em disputa e estratégias de desenvolvimento, pondo em evidência o arcabouço teórico liberal, os dois projetos políticos que nele se apóiam – o liberal conservador e o liberal democrático – e as bases para a formulação de estratégias a eles inerentes. Procede então à análise da teoria política e econômica liberal e as contribuições de Santos e Polanyi, para concluir que, diante das transformações que ocorreram a partir da última metade do século XX, outras formas de regulação da vida social e outros padrões institucionais, para além do Estado e do mercado, regulam a vida social em geral e o processo de produção, distribuição e consumo da riqueza social em particular, apontando para novas possibilidades em termos da construção de estratégias de desenvolvimento.

Palavras-chave: ampliação dos espaços sociais, teoria política e econômica liberal, estratégias de desenvolvimento

Abstract:

The purpose of this paper is to demonstrate the enlargement of the social spaces from the contraposition between the liberal political and economic theory and Boaventura de Sousa Santos and Karl Polanyi contributions. We understand as social spaces, the form that social theory comprises the reality, and then suggesting some possibilities of development strategies. Based in Przeworsky and Bobbio, the author establishes a relation between theoretical framework in the social sciences, political projects and development strategies, putting in evidence the liberal theoretical framework, its political projects - conservative and democratic – and the basis to their strategies formulation. Regarding to the above explained, it is suitable the assay of the liberal political and economic theory and Santos and Polanyi contributions, to conclude that faced to the last half of the 20th century transformations, beyond the State and the market, other forms of rules and other institutional patterns, direct the social life. Also in particular, direct the process of production, distribution and consumption of the social richness, to face new possibilities of development strategies construction.

Key-words: enlargement of the social spaces, liberal political and economic theory, development strategies

Ampliação dos Espaços Sociais a Partir da Teoria Política e Econômica Liberal e Suas Consequências em Termos de Estratégias de Desenvolvimento

Autor: Márcio Carneiro dos Reis
FEAD-MINAS
SECTES-MG

I - Introdução

Uma das impressões que se tem sobre o conjunto das mudanças em curso desde os anos 1970 é que o tempo diminuiu em face das necessidades das pessoas e organizações. Uma das teses que dão suporte a essa avaliação é aquela defendida por Harvey (1992) de que, no fundo, é o tempo de rotação do capital que está se impondo sobre o espaço. É fato que a lógica do capital caminha no sentido de fazer com que ele se valorize no menor tempo e à maior taxa possível, e a sobrevivência daqueles que se encontram entrelaçados por redes de troca mercantis depende de suas respectivas capacidades de acompanhar essa tendência. Essa lógica, no entanto, se levada às últimas consequências, não nos deixa espaço para pensar muito além do que a inexorabilidade do capital e a predominância das relações sociais capitalistas por sobre todos os espaços sociais.

A proposta do presente estudo é deixar de enfatizar o fato de que o tempo diminuiu e argumentar que os espaços sociais se ampliaram, porque nem todas as pessoas, na verdade a maior parte delas, vive imersa na lógica da ampliação dos estoques privados de riqueza. Essa é uma característica, de acordo com Braudel (1987), dos habitantes do antimercado e não consideramos ser correto generalizar esse condicionante básico da vida cotidiana, a despeito do fato de que os desdobramentos das ações dos que ocupam a camada superior da estrutura social sejam sentidos pelos habitantes das camadas do mercado e da vida material e até mesmo, em certa medida, condicionam sua existência.

Ao contrário de dizermos que o tempo diminuiu, vamos argumentar que o espaço social se ampliou. Vários motivos podem ser apontados para dar suporte a esse argumento. Por exemplo, a transformação radical ocorrida nos meios de comunicação nos colocou em contato simultâneo com o que ocorre em todas as partes do mundo. Além disso, o foco do nosso olhar sobre a realidade teve também que se ampliar para acomodar o meio ambiente que nos circunda. Não que ele não fosse percebido antes, mas o grau de integração do que chamamos de natureza com nossos respectivos modos de vida se tornou inevitavelmente maior. O mesmo pode ser dito com relação ao que a literatura vem chamando de “novas identidades” e aos indivíduos propriamente ditos (Inglehart, 1995; 1997; Giddens, 1997; Beck, 1997; Castells, 2000).

Então, a realidade se ampliou aos nossos olhos enquanto a batida do relógio permaneceu idêntica. Tomando em conta que o tempo medido pelo relógio é o tempo da civilização ocidental, ver o espaço social ampliado dessa forma significa considerar também outros tempos, isto é, o tempo da natureza, o tempo das comunidades de agricultores familiares, de afro-indígenas, o tempo das mulheres, o tempo das famílias que se esforçam para garantir sua reprodução material, etc. Ver a realidade ampliada dessa forma implica também a possibilidade de nos desviarmos da inexorabilidade do capital, porque perceber novos espaços e novos tempos coincidindo com os espaços e com o tempo de reprodução do capital amplia a nossa percepção da realidade e implica maiores possibilidades de intervenção sobre ela.

Decorre do que está acima que a realidade social se ampliou a partir das transformações que ocorreram ao longo da última metade do século XX. O esforço aqui realizado, isto posto, é no sentido de procurar demonstrar que tal ampliação comprometeu a capacidade das teorias que subsidiavam a construção de estratégias para a promoção do desenvolvimento prevalecentes no período pós-guerra;¹ e que a percepção dos espaços sociais ampliados contém novas possibilidades em termos da construção de estratégias para a promoção do desenvolvimento. Por espaços sociais entendemos aquilo que a teoria social é capaz de abarcar da realidade, para compreendê-la e, então, criar condições para a construção de propostas de mudança no sentido do desenvolvimento. Em outras palavras, nosso entendimento acerca dos espaços sociais decorre do que a teoria social, que trata dos problemas relativos ao desenvolvimento, abarca da realidade para construir suas leituras da história e dos processos em curso.

Acreditamos ser possível contrapor esses olhares a outras construções teóricas que, a nosso ver, possibilitam perceber a realidade de uma forma diferente, mais ampliada, digamos assim. Em decorrência disto, os processos históricos se nos apresentarão também de forma diferente. Na nossa concepção, no bojo dessa diferença, surgem novas possibilidades para se pensarem estratégias para se promover o desenvolvimento. Neste trabalho, entretanto, focaremos a ampliação dos espaços sociais a partir da teoria política e econômica liberal. Da nossa perspectiva, o espaço social se amplia, a partir dessa teoria, de duas formas. Primeiro, na medida em que os processos de regulação social podem passar a ser percebidos para além das regras emanadas do Direito Estatal Territorial. Segundo, na medida em que podemos perceber o conflito em torno da produção, distribuição e

¹ Maluf (2000), por exemplo, busca atribuir sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico após mais de 50 anos de políticas desenvolvimentistas na América Latina.

consumo da riqueza e do descarte de recursos utilizados também regulado por outros padrões institucionais que não o padrão dado pelo mercado apenas.

Entendemos *regulação social* como sendo o modo através do qual os diversos conflitos sociais, que se expressam nos diversos planos da realidade – doméstico, da comunidade, da produção, do mercado, do Estado e do sistema mundial – são regulados. Nosso argumento, baseado nas contribuições de Santos (2000), está orientado pela idéia de que, até bem recentemente, as regras prevalecentes para a regulação desses conflitos provinham da organização política e jurídica do Estado Nacional. Com as transformações recentes, um conjunto de outros conflitos ficou evidenciado, o que acabou por questionar as formas regulatórias até então prevalecentes. Evidentemente, esses conflitos já existiam; só não eram capazes – isto é, os atores neles envolvidos, de questionar as formas de regulação prevalecentes. Embora a centralidade do Direito Estatal Territorial não tenha se perdido, outras formas de direito tiveram então que passar a ser consideradas, como o direito doméstico, o direito da comunidade e o direito sistêmico, que regula os conflitos no plano internacional.

Por outro lado, entendemos *padrão institucional* como sendo o princípio regulatório básico através do qual as sociedades se organizam para darem conta das suas necessidades em termos da produção, distribuição e consumo da riqueza, além do descarte dos recursos utilizados. Na sociedade em que vivemos, o padrão institucional dominante é aquele dado pelo funcionamento dos mecanismos de mercado. Contudo, outros padrões institucionais foram postos em evidência também a partir das transformações recentes, sobretudo em decorrência da intensificação da concorrência intercapitalista. A intensificação da concorrência fez com que parcelas significativas das sociedades tivessem que encontrar formas alternativas de acesso aos bens materiais de que necessitam para sua reprodução material e social, em face das dificuldades enfrentadas para a participação nas redes de troca mercantis. Aquelas matrizes teóricas ficaram então comprometidas porque elas privilegiam a compreensão dos conflitos em torno da produção, da distribuição e do consumo da riqueza social a partir do padrão institucional do mercado.

Este trabalho se encontra dividido em cinco tópicos, além desta Introdução. No tópico seguinte, enfatizaremos a relação que deve ser estabelecida entre arcabouços teóricos, projetos políticos e estratégias de desenvolvimento. Em “Regulação da ordem social a partir do Estado e do mercado”, a proposta é demonstrar como a ordem social é regulada do ponto de vista da teoria política e econômica liberal. Em seguida, apresentaremos duas contribuições que nos possibilitam ampliar essa perspectiva. Em “O Mapa da Estrutura-Ação”, discutiremos as contribuições de

Boaventura de Sousa Santos e em “Princípios de regulação”, traremos as contribuições de Karl Polanyi. Ao final, em “Notas parciais acerca da transformação de processos históricos em processos de desenvolvimento”, faremos algumas considerações acerca das contribuições aqui discutidas, pontuando o significado da proposição explicitada pela teoria política e econômica liberal, em termos de processos de desenvolvimento, de que “vícios privados implicam benefícios públicos”.²

II – Arcabouços teóricos, projetos políticos e estratégias de desenvolvimento

O ponto de partida do argumento, como visto acima, é a proposição de que os novos espaços sociais que surgiram em decorrência das transformações recentes comprometeram a capacidade explicativa das teorias do desenvolvimento que prevaleciam no período pós-guerra. Segundo nossa perspectiva, é o olhar sobre os processos históricos, para transformá-los em processos de desenvolvimento, que importa. É com base nesse olhar – e no arcabouço teórico que se encontra por detrás dele – que estratégias para a promoção do desenvolvimento são construídas. A partir dessa leitura, no âmbito dos projetos políticos, são elaboradas estratégias condizentes com o sentido de melhora que lhes é pertinente.

“Projetos políticos” são aqui definidos a partir da propriedade que grupos políticos exercem sobre as “representações do desenvolvimento”: articulação de idéias que apontam para um futuro melhor que o presente. Isto é, segundo a nossa percepção, os processos de desenvolvimento são desencadeados por um conjunto de ações que objetivam a sua promoção. Falamos aqui de uma ação consciente, que tem duas implicações: agir sobre a realidade implica, por um lado, a definição a priori do sentido da ação, isto é, do sentido que os processos de desenvolvimento devem tomar. Por outro, implica o reconhecimento dessa realidade segundo, é claro, a percepção daqueles que irão realizar a ação. Entendemos que esse reconhecimento se confunde com uma determinada leitura dos processos históricos e dos processos em curso, de onde se extrai o sentido da melhora que se espera do desenvolvimento.

Se aceita essa proposição, e dado o sentido da melhora que se espera, podemos formular o problema da promoção do desenvolvimento da seguinte forma: como processos históricos podem ser transformados em processos de desenvolvimento? O reconhecimento da realidade através da leitura dos processos históricos pressupõe, contudo, a existência de um quadro conceitual a partir do qual essa leitura é realizada e através do qual os sentidos da melhora inerentes ao desenvolvimento

² Acerca do processo através do qual esta afirmativa deixou de ser uma pergunta ou o caminho que ela percorreu, da filosofia, desde os seus primórdios até Mandeville e Adam Smith, ver Fonseca (1992). Bianchi (1989), embora com objetivos diferentes, percorre trajetória semelhante, tendo, contudo, como ponto de partida, os filósofos modernos.

são pensados. Posto isto, entre os quadros conceituais utilizados para o reconhecimento da realidade e a definição dos sentidos da melhora, encontram-se os projetos políticos em disputa. É no bojo desses projetos políticos que a questão de como transformar processos históricos em processos de desenvolvimento é pensada.

Esta relação entre arcabouços teóricos, projetos políticos e estratégias para a promoção do desenvolvimento também pode ser formalizada a partir de Przeworsky (1991; 1995) e Bobbio (1995). Com base em Przeworsky (1991), podemos dizer que as estratégias de ação para a promoção do desenvolvimento estão ligadas a projetos políticos que se encontram em disputa. Esse autor, ao propor uma discussão em torno da “encruzilhada” em que se encontra o “capitalismo democrático”, aponta para a disputa pela hegemonia entre três projetos políticos distintos: o primeiro, de cunho liberal-conservador, baseado na capacidade regulacionista do mercado; outro, de cunho liberal-democrático, que procura fazer uma associação entre capitalismo e democracia; e um terceiro, social-democrata, oriundo das formulações marxistas e socialistas (Przeworsky, 1991: 241-260). De acordo com esse autor, a social-democracia foi uma saída encontrada pelos movimentos de esquerda para continuarem lutando pela transformação estrutural do capitalismo, dada a não prevalência de condições históricas que possibilitassem, por meio de um processo de ruptura, a instauração de uma ordem socialista.

Em contraposição, os projetos liberais, embora convergentes no sentido de postularem a crença na ordem que se estabeleceu com o avanço da economia de mercado, divergem pelo quão eficiente são as forças de mercado no sentido de regularem a dinâmica social. Essa divergência implica dois tipos de relação: do ponto de vista da perspectiva liberal-democrática, falhas do sistema de mercado implicam maior intervenção do Estado e instituições democráticas para “filtrar” os interesses divergentes e proporcionar o bem-estar. Já do ponto de vista da perspectiva liberal-conservadora, a despeito do fato de existir ou não falhas no sistema de mercado, não há nenhuma garantia que essas falhas possam ser corrigidas pelo Estado, dadas as suas próprias falhas, de modo que o mercado se torna a instituição democrática por excelência (Przeworsky, 1995).

Norberto Bobbio, por seu turno, ao tratar dos arcabouços teóricos hoje em voga para dar conta do problema do Estado, acusa a presença de uma corrente “funcionalista”, que se preocupa com o “problema da conservação social”; uma segunda, marxista, que “se preocupa essencialmente com o problema da mudança social”; e uma terceira, mais recente, a teoria dos sistemas, que procura “propor um esquema conceitual para analisar como as instituições políticas funcionam,

como exercem a função que lhes é própria, seja qual for a interpretação que delas se faça.” (Bobbio, 1995:58-61).

Com base nessas duas contribuições, podemos relacionar arcabouços teóricos e projetos políticos. O arcabouço teórico dito funcionalista, por Bobbio, preocupado com o problema da conservação social, se distribui em dois projetos políticos, vistos sob a ótica de Przeworsky: o projeto liberal-conservador e o projeto liberal-democrático. O arcabouço teórico marxista, por sua vez, preocupado com o problema da transformação social, se condensa nas propostas políticas social-democratas, além daquelas que dizem acerca das estratégias de ruptura, desconsideradas por Przeworsky nessa análise. A terceira corrente, denominada por Bobbio de teoria dos sistemas, preocupada com o funcionamento das instituições, não é explicitamente contemplada por Przeworsky enquanto projeto político. Mas, o apontamento de sua existência e, sobretudo, do seu método sistêmico de abordagem, com relação às questões relativas ao desenvolvimento, parece ser de significativa importância, por se colocar como alternativa metodológica ao positivismo lógico e ao materialismo histórico. Fica aqui, no entanto, a questão de como essa corrente teórica se desdobra em proposta política concreta, relacionada com o problema do desenvolvimento.³

Além disto, podemos relacionar esses arcabouços teóricos e projetos políticos a uma particular leitura acerca dos processos de desenvolvimento, a eles inerente. O que queremos dizer é que, no que respeita à compreensão dos processos de desenvolvimento, de maneira predominante e não exclusiva, senão nos seus tipos mais puros, a) relacionado à perspectiva funcionalista e seu desdobramento em termos de ambos os projetos liberais, está uma associação predominante entre funcionamento dos mecanismos de mercado e níveis de bem-estar; e b) relacionado à perspectiva marxista e crítica do capitalismo e seus desdobramentos em termos do projeto político social-democrata, nos termos de Przeworsky, está uma associação predominante entre riqueza e poder.

Assim, por exemplo, na literatura de origem marxista e crítica, quase não se encontra, se é que se encontra, a expressão “bem-estar”, a não ser para fazer referência a uma forma que o Estado assumiu em lugares e momentos específicos da história. Da mesma forma, a expressão “funcionamento dos mecanismos de mercado”, quando é encontrada, o é em meio a um argumento com vistas a criticar a abordagem econômica liberal. O mesmo acontece com seus desdobramentos

³ Outros projetos, sustentados em outros arcabouços teóricos existem, obviamente: o projeto anarquista ou o projeto ecológico, por exemplo. Eles podem ser percebidos a partir das ideologias políticas que foram construídas ao longo da Idade Moderna. Ver por exemplo Vincent (1995) ou Châtelet (2000). Os que estão sendo consideradas neste trabalho são os mais significativos do ponto de vista da ação política que são capazes de engendrar no momento presente, de acordo com Przeworsky (1991).

críticos, contidos na Teoria do Sistema Mundial.⁴ Aqui, o centro do argumento encontra-se na dinâmica do processo de acumulação de capital, tal como em Braudel, que pressupõe uma ligação direta entre os proprietários da riqueza e o poder emanado do Estado. A seguinte passagem, extraída de um texto famoso de 1956, quando Paul Sweezy critica as políticas keynesianas, dizendo que os autores que lhes dão conteúdo “isolam o sistema econômico de seu contexto social”, talvez seja suficiente para ilustrar o que aqui queremos dizer.

A pressuposição da reforma liberal é a de que o Estado na sociedade capitalista é, pelo menos potencialmente, órgão da sociedade como um todo e pode funcionar no interesse dela como um todo. Historicamente, como já vimos na análise feita no Capítulo XIII, o Estado na sociedade capitalista tem sido sempre o primeiro e mais destacado defensor das relações de propriedade capitalista. Nessa qualidade tem sido, inequivocamente, o instrumento do domínio da classe capitalista. (Sweezy, 1982:380).

Tanto uma expressão como a outra – “bem-estar” e “funcionamento dos mecanismos de mercado” –, por outro lado, quando juntas, fazem parte dos argumentos liberais, quando o assunto é ordem, progresso e desenvolvimento. Nessa literatura, já há muito tempo, desde os autores utilitaristas do século XIX, e seus seguidores da Escola Austríaca, que encontraram explicação para a existência concomitante de ricos e pobres nos valores morais e no somatório dos esforços individuais, não se faz referência ao problema da concentração da renda e da riqueza, tendo ficado como legado, implicitamente estabelecido, a não existência de associação entre propriedade da riqueza e acesso aos mecanismos de poder, pela apologia que se faz dos mecanismos de mercado, como instigadores dos valores pessoais, fonte da conquista de qualquer bem-estar individual e coletivo.

Dessa forma, numa perspectiva que se aproxima do socialismo, distribuir a riqueza, como forma de promover a justiça social, estaria relacionada a mais democracia, isto é, um acesso mais equitativo às instâncias de poder e aos processos decisórios, o que garantiria a manutenção de mecanismos institucionais de redistribuição dos acréscimos ao estoque de riqueza existente, impedindo a sua reconcentração. E numa perspectiva que se aproxima da defesa do capitalismo, criar instituições que permitam uma maior eficiência dos mecanismos de mercado, levaria ao aprofundamento da divisão social do trabalho, o que, por sua vez, permitiria a socialização dos ganhos de produtividade oriundos da especialização produtiva, pela participação nas redes, democráticas por princípio, de trocas mercantis

⁴ Estamos aqui chamando de Teoria do Sistema Mundial, todo um desdobramento da teoria crítica em ciências sociais, o qual vem sendo realizado a partir das contribuições de Braudel, Polanyi, Wallerstein, entre outros. Ver, por exemplo, os trabalhos contidos em Fiori (1999 a e b), Arrighi (1996). A designação “Teoria do Sistema Mundial” é devida a Boaventura de Sousa Santos (Santos, 2000).

III - Regulação da ordem social a partir do Estado e do mercado

A teoria política e econômica liberal percebe a realidade a partir de um conjunto de indivíduos que agem de maneira auto-interessada, racional, que relaciona meios e fins e, não raro, maximizante. De acordo com essa teoria, só há três possibilidades desses indivíduos estarem organizados em sociedade: ou em torno do Estado, ou em torno do mercado, ou ainda em torno de alguma combinação entre Estado e mercado. O Estado, por princípio, inibe a liberdade individual, mas, contraditoriamente, ele é necessário para garantir a própria liberdade individual e a propriedade privada, que são constantemente ameaçadas pela natureza humana, por princípio egoísta, belicosa, invejosa e ambiciosa, como disse Thomas Hobbes.⁵

A melhor ordem possível, no entanto, de acordo com essa teoria, é aquela que faz com que os indivíduos estejam organizados apenas em torno do mercado, onde aquela contradição desapareceria e, com ela, a necessidade de existência do Estado. Nesse caso, a liberdade individual estaria assegurada porque o egoísmo humano e a sua belicosidade estariam condicionados ou direcionados para as virtudes do uso da razão e do trabalho, no esforço do ganho individual. E a justiça e a equidade também estariam asseguradas, porque o mercado é capaz de estabelecer uma relação positiva entre esforço e ganho individual, por um lado, e ação individual, racional e auto-interessada, bem-estar social e progresso coletivo, por outro.

Buscar a melhora, nesse contexto, seria então caminhar no sentido de promover ajustes institucionais que criassem um ambiente propício à liberdade individual de empreendimento e troca no mercado, além da segurança em relação à propriedade privada, pressupostos do progresso econômico e social. A diferença entre os países e as regiões pode então ser vista dessa forma: aqueles que são ricos e desenvolvidos são os que adotaram esse ambiente institucional adequado à indústria e ao comércio e os que são pobres e não desenvolvidos são aqueles nos quais prevalecem ambientes institucionais “tradicionais”; “retrógrados”, favorecedores de uma casta ou elite em detrimento de toda a população. Neste sentido, ao responder à questão *por que somos tão ricos e eles tão pobres*, Jones (2000:145) afirma ter demonstrado:

(...) o importante papel desempenhado pelas leis, pelas políticas do governo e pelas instituições. Essa infra-estrutura forma um ambiente econômico em que as pessoas produzem e transacionam. Se a infra-estrutura de uma economia favorece a produção e o investimento, a economia prospera. Mas, se a infra-estrutura favorece o desvio em vez da produção, as consequências podem ser prejudiciais. (...) A corrupção, o suborno, o roubo e a expropriação podem reduzir drasticamente os incentivos ao investimento na economia, com efeitos devastadores sobre a renda. A tributação, a regulamentação, os litígios e lobbies são exemplos

⁵ Ver, por exemplo, o Capítulo XVII: “Das Causas, Geração e Definição de um Estado”. In Hobbes (1997).

menos drásticos de desvios que afetam os investimentos de todos os tipos, até nas economias avançadas. Obviamente, os países avançados são avançados justamente porque encontraram meios de limitar a extensão do desvio em suas economias. (grifos nossos)

Outro exemplo pode ser encontrado na contribuição de Douglas North. Para esse autor,

“A infra-estrutura institucional que precisa ser criada exige um afastamento das organizações sociais, políticas e econômicas centradas em laços familiares, além da promoção de organizações e instituições que possam aparar as inseguranças associadas à extrema interdependência de uma economia de especialização e mercados impessoais.” (North, 1992:29; 30)

Evidentemente, a criação desse ambiente institucional deve partir de cima, isto é, do Estado, que está organizado em torno de três poderes: o executivo, o legislativo e o judiciário. O equilíbrio entre esses três poderes é fundamental para se garantir a constituição de um Estado democrático, baseado na democracia representativa e no controle da sociedade civil sobre o Estado.⁶ Quando esse equilíbrio não é respeitado, o Estado, ao invés de exercer o seu papel de favorecer a sociedade como um todo, garantindo a integridade do território nacional e as liberdades individuais, principalmente as de empreender e comerciar, e a propriedade privada, como foi dito acima, ele estaria reproduzindo aqueles ambientes tradicionais, prejudicando o bem-estar e o progresso social.

No decorrer da segunda metade do século XIX e ao longo de todo o século XX, acentuou-se o debate no seio da teoria política e econômica liberal em torno da questão de se as funções do Estado, no sentido da promoção do bem-estar e do progresso social eram apenas aquelas – garantir a integridade dos territórios nacionais, as liberdades individuais e a propriedade privada, ou se o Estado deveria ser mais atuante, interferindo sobre o funcionamento dos mecanismos de mercado, para corrigir as falhas que eles eventualmente pudessem vir a ter. Nesse contexto, a teoria econômica liberal exerceu papel fundamental.⁷

Os argumentos que, ao longo desse período foram suscitados, eram basicamente quatro: primeiro, que a sociedade carecia da oferta de um conjunto de bens que a ordem baseada no mercado, por si só, não era capaz de oferecer, pelo simples fato de que não havia como formar preços para esses bens, dado que eles eram indivisíveis. Se não há a condição de formar preços, não

⁶ Atualmente, como a democracia representativa encontra-se desacreditada, como também a ação do poder judiciário, a sociedade civil, em relação ao Estado, passou a privilegiar menos a democracia representativa e mais o controle social do Estado. Nesse contexto, as formas intermediárias de organização da representação política, antes baseadas nas associações de classe, principalmente os sindicatos, se ampliaram para se organizar também em torno de outras formas de identificação dos indivíduos. Essas formas de identificação estão relacionadas a questões diversas, como gênero, opções sexuais e religiosas, problemas ecológicos, violência, educação, etc. e na maior parte das vezes se expressa no que conhecemos hoje como terceiro setor.

⁷ Ver, por exemplo, Rémond (1977) e Riani (2002).

há, portanto, a possibilidade de se calcularem custos e ganhos. A segurança nacional, bem como os serviços prestados pelo Estado em relação à justiça, funções tradicionais do Estado, eram os exemplos mais aventados, mas esses exemplos se estenderam para a saúde, para o saneamento básico e para a educação até que se conformou a noção de “bens públicos puros” ou “quase puros”.

O segundo argumento era de que a ação de indivíduos auto-interessados tinha desdobramentos positivos sobre o bem-estar social, mas tinha também desdobramentos negativos. Nesse contexto, formalizou-se a idéia de “externalidades negativas” provocadas pelas atividades produtivas e de consumo privadas, que implicava distorções na alocação de recursos, não permitindo que houvesse a maximização do bem-estar e do progresso social. O conceito de “externalidades negativas”, mais recentemente, foi também estendido para a compreensão dos efeitos negativos das formas predominantes de produção, distribuição e consumo da riqueza e descarte dos recursos no contexto do que vem sendo chamado de “Economia Ambiental”.⁸

O terceiro argumento era de que o progresso tecnológico advindo do acúmulo de experiências das ações privadas e do desenvolvimento da ciência, pela sua própria natureza, em termos do aumento dos custos iniciais do empreendimento e das escalas de produção que passavam a ser requeridas, acabava por implicar na formação de mercados imperfeitos, o que atuava negativamente sobre a capacidade dos mecanismos de mercado de distribuir a renda de forma equitativa, prejudicando a associação original que era feita entre esforço e ganho individual.

Por fim, como a atividade econômica privada é exercida a partir das expectativas de ganho que se espera do futuro, devido aos altos custos iniciais e aos elevados períodos de maturação dos investimentos requeridos, alguns bens, como infraestrutura de transporte e energia, por exemplo, necessários à continuidade do progresso econômico e ao bem-estar social, possuíam internamente um risco e um grau de incerteza muito elevado em relação ao retorno esperado, o que desestimulava a investida de agentes privados.

Em síntese, a literatura que em grande medida serve de base para compreender os processos em curso e transformá-los em processos de desenvolvimento traz implicitamente uma tricotomia particular que há muito não é posta em evidência. Falamos aqui da contraposição entre Estado e mercado versus barbárie (Estado versus barbárie e mercado versus barbárie) e que depois se transformou em Estado versus mercado. Essa contraposição se encontra na base das teorias contratualistas de Hobbes e Locke e do pensamento econômico liberal. A segunda contraposição,

⁸ Ver, a esse respeito, por exemplo, Cánepa (2003:61 e segts.).

mercado versus barbárie, substituiu a primeira, Estado versus barbárie, num processo longo discutido por Hirschman (2002), quando as “paixões” foram reduzidas aos interesses individuais e estes foram direcionados para o ganho material.⁹ De acordo com Cowen e Shenton (1996), no bojo desse processo, acabou-se por se instituir a idéia de progresso. A origem do termo desenvolvimento, ainda de acordo com esses autores, se encontra na necessidade de correção de rumo em relação ao progresso. Nesse contexto, foi instituída a terceira contraposição, Estado versus mercado.

Ainda hoje, sobretudo após o advento da crise financeira internacional, podemos observar nos jornais diários de grande circulação as discussões em torno de se o Estado deve ou não interferir nos mecanismos de mercado, sendo uma dessas opções – intervenção sobre os mecanismos de mercado ou não – que está colocada para muitos que possam vir a pensar em desenvolvimento.

Um detalhe interessante dessa passagem é que, seja pela obra do Estado, seja pela obra do mercado, a visão predominante do ser humano que prevalece é uma visão negativa, instituída por Hobbes, amenizada mas não transformada por Locke, ao evidenciar as virtudes do trabalho e do uso da razão, organizadas em torno do funcionamento do mercado.

IV - O Mapa da Estrutura Ação

Boaventura de Sousa Santos, ao construir seu Mapa da Estrutura-Ação, a partir do que chamou de “crise paradigmática”, rompe com essa forma tricotômica de se perceber a realidade e o ser humano, dizendo que, embora Estado e mercado ainda não tenham perdido suas respectivas centralidades, outras formas de poder, de direito e de conhecimento que não aquelas que organizam os espaços da cidadania e do mercado organizam o espaço social, como mostrado no “Mapa da Estrutura-Ação das Sociedades Capitalistas no Espaço Mundial”, a seguir.

A contribuição maior do autor, a nosso ver, está em, a partir de uma crítica da epistemologia moderna, centrada na ciência moderna, no Estado liberal e no direito estatal, conseguir avançar na construção de um quadro conceitual que permite pensar, simultaneamente, as formas de regulação da sociedade contemporânea com as possibilidades de emancipação social nelas contidas. Seu argumento principal pode ser sintetizado da seguinte forma: o processo de construção das formas de conhecimento, poder e direito inerentes à vida social, no seu conjunto, foi ocultado na vivência dos processos de regulação social, pela vulgarização da prevalência de apenas uma forma de conhecimento - o conhecimento científico, de apenas uma forma de direito - o direito estatal; e de

⁹ Ver também Bianchi (1988) e Paulani (2005), dentre outros.

apenas uma forma de exercício do poder - o poder estatal. Posto isto, a reconstrução teórica dos mecanismos de regulação e emancipação social exige o reconhecimento da perda do monopólio dessas três instituições em relação a outras formas de conhecimento, direito e poder, o que não significa, contudo, a perda de suas centralidades.

Surge, então, seguindo a construção de tal argumento, as seguintes questões: que formas de conhecimento, direito e poder são essas? Como elas estão articuladas com o conjunto quase infinito de relações sociais que as viabiliza? E como elas se articulam e se interagem? No sentido de procurar responder a tais questões, Boaventura, partindo da idéia de que os espaços são socialmente construídos, divide a realidade social em seis espaços estruturais: o doméstico, da produção, do mercado, da comunidade, da cidadania e o mundial. Desloca, assim, para o centro do entendimento dos processos sociais as questões relativas ao poder e seu exercício, na medida em que, partindo da análise marxista e da teoria da dependência acerca das relações entre países centrais e periféricos, o autor passa a perceber o poder essencialmente como uma troca desigual.

Essa *troca desigual* ocorre, sobretudo dentro dos próprios campos (isto é, dentro dos próprios espaços estruturais) e cujo exercício permite a acumulação de uma espécie de “capital” (em ambos os casos, a referência aqui é Bourdieu, 1989), que se reproduz de uma maneira contraditória: estabelecendo limites e ampliando horizontes, fixando fronteiras e abrindo caminhos. Desde que relativizou, a partir de Foucault e das teorias feministas, a prática de poder estatal, de modo que a própria sociedade produz o poder que nela circula – um *poder disciplinar* exercido horizontalmente pelos próprios sujeitos, *a começar pelo corpo humano* –, a questão de como pensar estruturalmente o exercício do poder a partir de um conjunto de relações sociais incomensuráveis fica em aberto. A proposta do autor é pensar tal exercício a partir de “constelações” de relações de poder que tendem a se reforçar ou a se neutralizar entre si. No caso de não se neutralizarem, novos limites e horizontes são estabelecidos.

O exercício do poder em cada um dos espaços estruturais encontra-se baseado numa determinada forma de conhecimento e de direito, unidades de prática social e instituições que lhes são características e predominantes, as quais, por sua vez, se orientam em função de uma dinâmica de desenvolvimento específica. Isso está apresentado no Mapa da Estrutura-Ação aqui reproduzido. Assim, por exemplo, no espaço doméstico, a forma de poder predominante é o patriarcado, forma esta que se legitima através do direito doméstico e da cultura familiar, fundadas na aceitação das diferenças sexual e geracional e em instituições como o casamento, a família e o parentesco. Sua

dinâmica de desenvolvimento caminha no sentido da maximização da afetividade entre os membros que partilham da coexistência nesse espaço estrutural.

As diferenças sexual e geracional são as unidades de prática social prevaletentes no espaço doméstico, pois que definem que os homens, em princípio, mais fortes e mais capacitados em relação às mulheres e aos mais jovens, devem ter sua vontade respeitada, para o bem de todos. Isso é constitutivo da cultura familiar, mantendo-se a partir de instituições como o casamento e a família e se reproduzindo através de relações que buscam maximizar a afetividade entre seus membros. No campo doméstico, portanto, o signo da paternidade garante ao pai a hegemonia sobre os grupos dominados – esposas, filhos e agregados, assentada na propriedade de um certo tipo de capital que lhe é específico – a força física e a capacidade de prover. A disputa diária pelo poder nesse campo, regulada pelo direito doméstico e pela cultura familiar, forma um *habitus* que é peculiar à ação de seus membros, dominantes e dominados. Esse *habitus* acaba por reproduzir as instituições que são inerentes a esse espaço – o casamento, a família e o parentesco –, tendo como referência a maximização da afetividade. Desse modo, menos afetividade tende à desagregação do grupo familiar, comprometendo a sobrevivência de todos, e vice-versa.

MAPA DE ESTRUTURA-AÇÃO DAS SOCIEDADES CAPITALISTAS NO SISTEMA MUNDIAL

Dimensões/ Espaços Estruturais	Unidade de Prática Social	Instituições	Dinâmica de Desenvolvimento	Forma de Poder	Forma de Direito	Forma Epistemológica
Espaço Doméstico	Diferença sexual e geracional	Casamento, família e parentesco	Maximização da afetividade	Patriarcado	Direito Doméstico	Familismo Cultura Familiar
Espaço da Produção	Classe e natureza, enquanto natureza capitalista	Fábrica e empresa	Maximização do lucro e da degradação da natureza	Exploração e natureza capitalista	Direito da produção	Produtivismo, tecnologismo, formação profissional e cultura empresarial
Espaço de Mercado	Cliente – consumidor	Mercado	Maximização da utilidade e da mercadorização das necessidades	Fetichismo das mercadorias	Direito da troca	Consumismo e cultura de massa
Espaço da Comunidade	Etnicidade, raça, nação, povo, religião	Comunidade, vizinhança, região, org. populares de base, Igrejas.	Maximização da Identidade	Diferenciação desigual	Direito da comunidade	Conhecimento local, cultura da comunidade e tradição.
Espaço da Cidadania	Cidadania	Estado	Maximização da lealdade	Dominação	Direito territorial (estatal)	Nacionalismo educacional e cultural, cultura cívica
Espaço Mundial	Estado-Nação	Sistema inter-estatal, organismos e assoc. intern., tratados internacionais	Maximização da eficácia	Troca desigual	Direito sistêmico	Ciência, progresso universalístico, cultura global.

Fonte: Santos (2000:273).

O exercício do poder nesse espaço subjaz ao exercício do poder em todos os outros espaços. Isto é, a sociedade como um todo é patriarcal, como também é capitalista, nacional, conforma uma comunidade, um mercado e um espaço de produção e essa forma de colocar a questão permite que o autor fale de *constelações de relações de poder, de direito e de conhecimento* que caminham no sentido de reproduzir toda a estrutura social, sob a égide das relações de poder, de direito e de conhecimento prevalecentes nos espaços da cidadania e mundial. Isto porque, em primeiro lugar, é no espaço da cidadania que encontramos o Estado liberal, instituição organizadora das sociedades nos âmbitos local, regional e global. Sua organização se dá predominantemente pela imposição do direito territorial-estatal e pela credibilidade que o conhecimento proveniente da Ciência Moderna – forma epistemológica do espaço mundial – assumiu ao longo da modernidade, ofuscando ou legitimando as outras formas de direito e de conhecimento prevalecentes nos demais espaços estruturais.

Além disso, é nesses espaços que se encontram instalados o poder inerente ao capitalismo financeiro global. Mais especificamente, é no espaço mundial que se pode perceber mais claramente a ação das grandes corporações capitalistas no sentido de atenderem seus interesses em torno do processo de valorização do capital. Essas colocações são fruto da aceitação parcial, por parte de Boaventura, do que vem se convencendo chamar de *A Teoria do Sistema Mundial*. Isto é, o *espaço mundial* consiste na representação, no plano dos espaços estruturais, do sistema mundial, objeto de estudo da “Teoria do Sistema Mundial”, a qual propõe uma releitura do processo de constituição do capitalismo, principalmente a partir das contribuições de Fernand de Braudel e Karl Polanyi. Não é nosso interesse aqui passar em revista tais contribuições. Apenas dizer que elas se valem das considerações de Marx em torno do processo de valorização do capital e de Max Weber, em torno da organização do sistema mundial. E, a partir dessas considerações, Santos organiza o que para ele passou a ser o *espaço mundial*.¹⁰

Esse espaço se coloca como sendo a matriz organizadora das condições e das hierarquias mundiais sobre os outros espaços e se caracteriza por estar estreitamente relacionado com os espaços da produção e do mercado. Constitui-se assim uma reciprocidade e simbiose entre as dinâmicas de desenvolvimento desses espaços, cujo resultado é o aprofundamento da divisão global do trabalho e o estabelecimento de hierarquias entre países, sociedades, regiões e povos, perpetuadas pelas trocas desiguais e pela prevalência no espaço mundial da Ciência Moderna, como forma privilegiada de conhecimento. Pode-se então dizer que o espaço mundial interfere mais nos

¹⁰ Ver, a esse respeito, Fiori (1999b) e Arrighi (1996).

espaços da produção, do mercado e da cidadania do que nos espaços da comunidade e doméstico. Dessa forma, o Mapa da Estrutura-Ação se posta como uma alternativa à teoria do sistema mundial, que se baseia apenas em uma única macro-estrutura: a divisão mundial do trabalho: *o desenvolvimento das sociedades capitalistas, como um todo, estão alicerçados nas constelações formadas pelos espaços estruturais, e não em qualquer dos espaços estruturais tomados individualmente* (Santos, 2000:314).

Em adição, fazendo referência a Wallerstein, ressalta a utopia que ressurgem em face das possibilidades e alternativas às crises sociais locais, mediante transformações profundas que possam vir a ocorrer no âmbito das relações de poder prevaletentes nos espaços doméstico e da comunidade. Aqui fica clara a principal diferença da dinâmica entre regulação e emancipação no contexto da “transição paradigmática”. É que as possibilidades de transformação da ordem social, ou, melhor dizendo, de emancipação social em relação ao jugo do poder prevaletente no espaço mundial encontram-se mais claramente dadas do que nunca.

A crise de regulação no âmbito mundial, quando não coloca alternativas para o processo de reprodução social nos níveis local e regional, senão aquela condizente com o aprofundamento da pauperização da maior parte das populações, acaba por enfraquecer suas instituições predominantes – o Estado liberal, o direito estatal-territorial e o conhecimento científico – em favor de outras formas de organização territorial do espaço, de direito e de conhecimento. Abre-se então a possibilidade para que, principalmente no âmbito dos domicílios e das comunidades, com conseqüências sobre os espaços da cidadania, do mercado e da produção, sejam privilegiadas a solidariedade e a participação em detrimento da maximização do lucro e a maximização das utilidades; o homem em detrimento do bem material; a democracia em detrimento do autoritarismo; a igualdade na diversidade em detrimento da diferenciação desigual; a colaboração em detrimento da exploração; o desenvolvimento sustentável em detrimento da escravização da natureza; a satisfação de necessidades em detrimento do fetichismo das mercadorias.

Cabe, por fim, aqui ressaltar a importância da crítica ao paradigma dominante contida na contribuição do autor. Essa crítica acaba por legitimar as formas de organização político-territorial, de direito e de conhecimento que surgem – ou ressurgem – dessa prática social criativa, ao mesmo tempo que permite a troca de conhecimentos entre as mais variadas experiências no sentido acima apontado e permite também a melhor compreensão dos processos em curso. Preenche assim pelo menos parte da lacuna deixada pela crise da ciência no contexto da transição paradigmática, o que,

por sua vez, possibilita desdobramentos no que respeita à construção de alternativas políticas de intervenção sobre a realidade.

O espaço social então se amplia para abarcar outros espaços estruturantes, que possuem regras próprias de funcionamento e dinâmicas de desenvolvimento não coincidentes com aquelas prevalecentes nos espaços do mercado e da cidadania (espaço onde a instituição predominante é o Estado Territorial), ao mesmo tempo em que também permite “outras entradas” para se pensar os processos em curso, os problemas relacionados com o desenvolvimento e sua promoção.

V - Princípios de Regulação

Karl Polanyi, em “*A Grande Transformação: as origens de nossa época*” (Polanyi, 2000) traz duas contribuições significativas que também permitem ver o espaço social ampliado e, ao mesmo tempo, possibilidades em termos da promoção do desenvolvimento. Primeiro, as sociedades encontram formas de se defender do avanço da mercantilização da terra, do trabalho e da generalização do uso do dinheiro. Segundo, juntamente com o padrão institucional dado pelo mercado, outros padrões institucionais – simetria, centralidade e autarquia – regulam os conflitos sociais em torno da produção, distribuição e consumo da riqueza. A nosso ver, do ponto de vista da economia política, essa é uma contribuição significativa, que amplia os horizontes para a análise dos fluxos, recoloca o problema das causas da riqueza e, para o que nos interessa mais de perto, amplia também o espaço social e abre novas oportunidades para se pensarem estratégias de promoção do desenvolvimento.

O espaço social se amplia porque, enquanto predominava a associação entre o padrão institucional dado pelo mercado e o “moderno”, no sentido de novo, do que deve ser alcançado, as formas alternativas de organização social da produção correspondiam ao tradicional, ao atrasado e, portanto, àquilo que deve ser ignorado porque, fatalmente, seria superado.

Em Polanyi, os problemas relacionados à regulação dos processos sociais são vistos sob um prisma antropológico, colocando em evidência a não exclusividade do padrão institucional dado pelo mercado, pautado por atividades relacionadas à barganha, à permuta e à troca. O autor constata que a revolução industrial foi acompanhada, de um lado, de um “progresso miraculoso nos instrumentos de produção” e de uma “catastrófica desarticulação na vida das pessoas comuns” (Polanyi, 2000:51). Nesse contexto, as sociedades desenvolvem mecanismos para se defender dos

seus próprios processos de transformação, na medida em que esses processos são partilhados por movimentos opostos, semelhantes ao que está acima, e que ocorreu ao longo do século XIX.

Esse processo em particular foi marcado pela idéia de progresso partilhada pelas camadas altas da sociedade, “haute finance”, como diz o autor, ao mesmo tempo em que o problema para a maior parte da população se resumia no termo “habitação”. “A Grande Transformação” para a qual Polanyi nos chama a atenção consiste no fato de que a idéia de progresso foi acompanhada pela crença na vigência de “leis naturais”, leis de mercado, mercado auto-regulável, que reduziu sobremaneira a capacidade das sociedades de se defenderem das transformações em curso na Idade Moderna. Em outras palavras, na medida em que tal crença colocou o mercado como a instituição reguladora por excelência da vida social, negando ao Estado seu papel de contrabalança, promovendo os ajustes necessários à “inclusão” de significativas camadas sociais no jogo que levou à mercantilização da terra e do trabalho, com a generalização do uso do dinheiro, a sociedade viu comprometida sua capacidade de se defender das mazelas promovidas pelo avanço das forças de mercado. Diz o autor:

A crença no progresso espontâneo [fundada na idéia do funcionamento de um mercado auto-regulável] pode cegar-nos quanto ao papel do governo na vida econômica. Esse papel consiste, muitas vezes, em alterar o ritmo da mudança, apressando-o ou diminuindo-o, conforme o caso. Se acreditarmos que tal ritmo é inalterável ou, o que é pior, se acreditarmos ser um sacrilégio interferir com ele, então não existe mesmo um campo para qualquer intervenção (Polanyi, 2000:55)

Essa crença, além disso, pode nos levar a acreditar, já que a economia de mercado é uma estrutura institucional, que essa estrutura governou, ou melhor, regulou os conflitos ao longo da evolução da humanidade. Contudo:

(...) anteriormente à nossa época, nenhuma economia existiu, mesmo em princípio, que fosse controlada por mercados. Apesar da quantidade de formas cabalísticas acadêmicas, tão persistentes no século XIX, o ganho e o lucro feitos nas trocas jamais desempenharam um papel importante na economia humana. Embora a instituição do mercado fosse bastante comum desde a Idade da Pedra, seu papel era apenas incidental na vida econômica. (Polanyi, 2000:62).

Aqui o autor argumenta, nos fazendo lembrar de Elias (1994) e Braudel (1987, 1992):

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age dessa forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, [e sim] para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. (Polanyi, 2000:65).

E, nesse sentido, faz alusão a três princípios de comportamento, reguladores da vida social, que governavam de forma predominante as sociedades anteriores à nossa. Cada um desses princípios está relacionado a padrões institucionais estabelecidos. Esses princípios, quando acrescidos do princípio da troca, formam um interessante quadro, a partir do qual devemos olhar os processos de regulação social, como a seguir.

PRINCÍPIOS DE COMPORTAMENTO E PADRÕES INSTITUCIONAIS

PRINCÍPIOS DE COMPORTAMENTO	PADRÕES INSTITUCIONAIS	CARACTERÍSTICAS	COMENTÁRIOS
RECIPROCIDADE	SIMETRIA	O que domina o comportamento social é a propensão à reciprocidade. “O que se dá hoje é o que se toma amanhã.” O resultado do produto do trabalho é partilhado em comunidade.	Característico de sociedades democráticas e as motivações predominantes são de cunho não econômico.
REDISTRIBUIÇÃO	CENTRALIDADE	O resultado da produção, partilhada comunitariamente, é redistribuído através da figura do “chefe” ou outro membro do grupo, que age como intermediário.	A redistribuição acontece a partir de festas, festivais, etc., fundados em uma motivação não econômica
DOMESTICIDADE	AUTARQUIA	Produção para auto-consumo, seja no que respeita à família patriarcal, às aldeias, ou aos feudos.	Característico, por exemplo, das redes que conformam as organizações familiares de produção rural.
TROCA	MERCADO	O que domina o comportamento social é a propensão individual à permuta, à barganha e à troca. Elas dependem do padrão do mercado para sua efetivação. Não é a economia que passa a estar embutida nas relações sociais, mas essas é que passam a estar embutidas no sistema econômico.	Essa interpretação se tornou hegemônica com o liberalismo clássico, o que fez com que a realidade fosse trocada pelo que dela se pensa. Nesse caso, vícios privados implicam benefícios públicos.

Fonte: Polanyi, 2000. Elaboração do autor.

Polanyi demonstra, então, que *todos os sistemas econômicos conhecidos por nós, até o fim do feudalismo na Europa Ocidental, foram organizados segundo os princípios de reciprocidade ou redistribuição, ou domesticidade, ou alguma combinação dos três* (Polanyi, 2000:75). Em contraste com esses sistemas sociais, a hegemonia do sistema dominado pelos princípios da barganha, da permuta e da troca, cuja instituição fundamental é o mercado, é exaltado pela doutrina econômica liberal a partir da própria evolução do padrão de mercado. Essa doutrina entende o desenvolvimento alcançado pela humanidade no século XIX como resultado natural da difusão dos mercados:

Não se compreendeu que a engrenagem de mercados num sistema auto-regulável de tremendo poder não foi o resultado de qualquer tendência inerente aos mercados em direção à excrescência, e sim o efeito de estimulantes altamente artificiais administrados ao corpo social, a fim de fazer frente a uma situação criada pelo fenômeno não menos artificial da máquina (Polanyi, 2000:78).

Dessa forma:

O ensino ortodoxo [a doutrina liberal] partiu da propensão do indivíduo à permuta; deduziu daí a necessidade de mercados locais, bem como a divisão do trabalho; inferiu, finalmente, a necessidade do comércio, eventualmente do comércio exterior, incluindo até mesmo o comércio de longa distância (Polanyi, 2000:79).

O argumento hegemônico supõe o desenvolvimento do comércio a partir do local para o global. Ocorre, contudo, de acordo com Polanyi, que *atos individuais de permuta ou troca não levam, como regra, ao estabelecimento de mercados em sociedades onde predominam outros princípios de comportamento econômico* (Idem, p. 81). Desse modo, o que é verificável historicamente é o inverso: o movimento do comércio externo para o comércio interno e o local, por fim. Em outras palavras, *os mercados locais não foram ponto de partida do comércio interno ou nacional* (Ibidem, p. 83). Na verdade, o comércio interno e o externo foram criados pela intervenção do Estado, num movimento levado adiante pela alta finança e que imprimiu a toda a sociedade os padrões recorrentes ao funcionamento dos mercados, tendo como ponta de lança a mercantilização da terra, do trabalho e a generalização do uso do dinheiro.

A despeito disto, com a contribuição de Polanyi, olhar agora para a sociedade implica também buscar perceber onde as relações sociais se encontram reguladas por esses outros padrões institucionais e procurar saber acerca da relevância dessas relações na reprodução social das pessoas, das famílias, dos grupos sociais, das comunidades e das populações de uma forma geral.

Dessa forma, a partir da contraposição entre a percepção da realidade social oriunda da teoria política e econômica liberal e as contribuições de Boaventura de Sousa Santos e Karl Polanyi, identificamos outras formas de regulação da ordem social para além das instituições centrais do capitalismo, que são o Estado e o mercado. Com base na contribuição de Boaventura de Sousa Santos, vimos que as sociedades também se estruturam a partir de outras formas de poder, de direito e de conhecimento que não aquelas que são prevaletentes no Espaço Mundial, no Espaço da Cidadania e no Espaço do Mercado. Ficam então em evidência a organização do Espaço Doméstico, do Espaço da Comunidade e o Espaço da Produção. Nesse ponto é importante acentuar que as formas de organização do Espaço da Produção podem não estar subsumidas à organização daqueles três espaços dominantes. A contribuição de Karl Polanyi amplia esse último aspecto e permite

perceber formas de interação entre os espaços domésticos, da cidadania e da produção segundo padrões institucionais que não são aqueles ligados ao funcionamento dos mecanismos de mercado.

VI - Notas parciais acerca da transformação de processos históricos em processos de desenvolvimento

Estamos argumentando que as transformações históricas ocorridas nos últimos 50 anos fizeram com que os espaços sociais se ampliassem, o que pôde ser posto em evidência a partir das contribuições acima mencionadas. A demonstração de que os espaços sociais se ampliaram, contudo, encontra-se no âmbito da compreensão dos processos históricos. Temos que nos voltar agora, embora ainda que de forma parcial e incompleta, para os processos de desenvolvimento. O objetivo do presente tópico, assim, é pontuar algumas questões que a discussão acima colocou em relevo.

As contribuições de Boaventura de Sousa Santos e Karl Polanyi, no nosso entender, revigoram o ideal transformador existente na pesquisa e na prática política socialista e crítica ao sistema dominante. Elas também recolocam as estratégias para a promoção do desenvolvimento numa posição diferente daquelas que se originavam da idéia de correção de rumo em relação ao progresso, inerente à perspectiva liberal. Isso pode ser visto com clareza no dilema colocado por Santos em relação à contraposição entre regulação da ordem e emancipação em relação a ela. Essa contraposição se complementa na proposta de pesquisa realizada por esse mesmo autor em torno da associação entre “sociologia das ausências” e “sociologia das emergências” (Santos, 2003).

Isto é, de acordo com Santos, a experiência social é muito mais vasta do que se pode supor a partir do que hoje se encontra descrito pela teoria social e, diante do avanço do capitalismo e suas consequências em termos de exclusão, é preciso buscar na experiência social ausente da teoria sociológica um aprendizado que faça emergir estratégias para a emancipação em relação à ordem social capitalista. Se as pesquisas antropológicas de Karl Polanyi estiverem corretas, muito do que será encontrado nesse esforço de pesquisa envidado por Santos deverá estar circunscrito aos padrões institucionais não mercado-centrados apontados por Polanyi.

Em outras palavras, de acordo com Santos, há que se distinguir entre a experiência social levada a cabo para se defender dos processos de exclusão engendrados pela dinâmica do capitalismo e o esforço crítico realizado no âmbito da teoria social no sentido da transformação social. A teoria social deve ser capaz de reconhecer que sua capacidade de apreensão da realidade e

de formular proposições no sentido de sua transformação é apenas um aspecto da luta social contra a desigualdade e a injustiça. Mais do que isto: para que ela possa ser capaz de contribuir nessa luta, ela tem que se voltar para a experiência social e aprender com ela. E, segundo o que estamos argumentando, voltar-se para a experiência social, como na proposta de Santos em torno da “sociologia das emergências” é criar as possibilidades para se descobrirem outras formas de organização da vida social que não aquelas orientadas pelo padrão institucional do mercado, nos termos de Polanyi.

Mas, é preciso, nesse ponto, tomar cuidado para não ver no mercado tudo que é ruim, em contraposição ao que seria supostamente bom. Isto é, tanto em Polanyi, quanto em Braudel e também em Marx, o desenvolvimento dos mercados surge como atividade humana e a questão que deve ser enfatizada não é com relação ao mercado, à troca ou ao dinheiro, mas é com relação à centralidade que os mecanismos mercantis exercem na regulação da vida social. Mais ainda, é com relação ao fato de que a insistência nessa centralidade favorece a um grupo muito pequeno de pessoas – os habitantes do antimercado, nos termos de Braudel, em detrimento da maioria. É importante ressaltar o fato de que o desenvolvimento dos mercados e o aprofundamento da divisão social do trabalho que lhe é subjacente, na maior parte dos casos, é motivada, como Schumpeter (1982) chamou a atenção, pela ação empreendedora.

Empreender, assim vemos, é uma característica da natureza humana e não há problemas em relação ao fato da ação que lhe dá sentido ser auto-interessada ou racional, embora ela possa também não ser, como disse Amartya Sen (1999). De acordo com Sen, não é o comportamento do sujeito racional o único ordenamento de preferências possíveis, como na economia tradicional. Segundo o autor, existem três motivações dos modos de ser: a busca do interesse próprio, a preocupação com os outros, porque os outros lhe afetam; e aquelas que motivam comportamentos que não guardam nenhuma relação com o interesse próprio.

A própria orientação da ação individual no sentido do auto-interesse pode ser questionada. Como vimos acima, Polanyi sugere que as pessoas não agem buscando seu interesse individual. Elas procuram “salvaguardar sua situação social”. Grande parte das contribuições de Norbert Elias é, aliás, para demonstrar essa proposição. De acordo com esse autor, não há sentido em se levar em consideração indivíduos isolados em qualquer situação social.¹¹

¹¹ Ver, por exemplo, Elias (1991, 1994) e Elias & Scotson (2000).

O ponto a ser enfatizado, entretanto, está na correlação que se estabelece entre a ação empreendedora, racional e auto-interessada e o bem-estar social para descrever os processos de desenvolvimento, como na proposição “vícios privados implicam benefícios públicos”. Primeiro, é preciso dizer que empreender ou agir em benefício próprio não é um vício. Da forma como vemos, fazer por si é um direito. Isso parece relativizar a perspectiva negativa que predomina acerca da natureza humana. Segundo, não se pode depositar a responsabilidade da solução de problemas coletivos – a pobreza, a desigualdade e as questões ambientais, por exemplo –, nos ombros dos sujeitos individuais. Promover o desenvolvimento é obra do coletivo, do público e não do privado.

Em alguns casos, o público incentivar o privado em ações empreendedoras pode provocar o desenvolvimento, mas em outros, provoca o contrário: acentua a desigualdade; promove a migração rural-urbana, por exemplo, e aumenta a pobreza nos centros urbanos. Pensar em desenvolvimento, segundo o nosso entender, significa pensar num determinado território e o pensamento deve abarcar o conjunto das pessoas, famílias, grupos sociais, comunidades e populações que o integram, indiferente do enfoque. Assim, a estratégia de promover a eficiência econômica e a inserção nos mercados para, então, esperar que os benefícios se distribuam por toda a coletividade deve vir acompanhada da percepção de que os processos de desenvolvimento, vistos dessa forma, são também passíveis de provocarem o aumento da desigualdade e da exclusão social.

Pelo que está posto acima, no entanto, é possível deduzir que quanto mais essas estratégias mercado-centradas buscarem inserir atores locais em redes de trocas mercantis controladas por atores globais, isto é, por atores que possuem ascendência significativa sobre os Estados Nacionais e sobre as instituições supranacionais, maior o impacto em termos da ampliação da desigualdade em nível local que essas estratégias irão provocar. Decorre disto que um ponto importante a ser ressaltado nesse aspecto é que, do ponto de vista da inserção social, do respeito às culturas e formas de vida locais, em uma palavra, do ponto de vista da igualdade em meio à diversidade, incentivar mercados regionais e locais, aproximando produção e consumo, como em Maluf (2004), pode se constituir em uma estratégia mais valiosa para a promoção da melhora coletiva do que incentivar a participação em mercados nacionais e globais. Num mercado globalizado, as diferenças intra-regionais tornam-se mais importantes que as desigualdades regionais.

Essa proposição pode ser percebida por meio do Mapa da Estrutura-Ação acima apresentado. Existe um fluxo dominante que é emanado dos espaços mundial e da cidadania, que tende a moldar as estruturas inferiores em termos de conhecimento, de direito e de poder. Esse fluxo dominante se reproduz na forma da homogeneização do padrão institucional dado pelo mercado.

Ele ignora os demais padrões institucionais apontados por Polanyi, tendendo a fazer com que eles se tornem nada mais que uma espécie de mitigação para os grupos sociais que não conseguem se inserir de forma competitiva no padrão institucional dominante.

Um exemplo disto é a forma como o que hoje chamamos de “políticas sociais” se encontram organizadas. O princípio que as rege é o princípio da redistribuição, baseado na centralidade que os Estados Nacionais exercem.¹² No conjunto das ações estatais, no entanto, as ações nesse sentido não conseguem ir muito além do seu caráter compensatório, que está longe de mitigar a exclusão social provocada pela reprodução e expansão do padrão institucional dado pelo mercado. Associar essas “políticas sociais” aos objetivos do desenvolvimento ainda é um desafio, sobretudo político, dado o poder que os que controlam os fluxos mundiais e nacionais de mercadorias e capitais exercem sobre os aparatos estatais nacionais.

A despeito do fato de que o que está imediatamente acima corresponder a mudar a natureza do Estado, nos termos de Braudel, tarefa não desprezível, esse desafio pode ser contra-restado por uma melhor compreensão dos processos de regulação social e do papel dos diferentes padrões institucionais nos processos de produção, distribuição e consumo da riqueza social, além do descarte dos recursos naturais. Ficariam então em evidência, para a ação que visa o desenvolvimento e em contraposição às estratégias mercado-centradas, a importância, tanto rural quanto urbana, da produção para o auto-consumo; das redes de proteção social, para além do Estado Territorial; as trocas não monetárias em relações de reciprocidade; e a necessidade de generalização do acesso a serviços públicos de qualidade.

VII - Referências Bibliográficas

- ARRIGHI, G. (1996): O longo Século XX. São Paulo, Unesp.
- BECK, U. (1997): A Sociedade de Risco. In. BECK, U; GIDDENS, A.; LASCH, S.: **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. S.P., Unesp,.
- BIANCHI, A. Maria (1988): A Pré-História da Economia: de Maquiavel a Adam Smith. Campinas, S.P., Hucitec.
- BOBBIO, Norberto (1995): Estado, Governo e Sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BOURDIEU, P. (1989): O Poder Simbólico. Lisboa, Difel – Bertrand Brasil.

¹² Ver a esse respeito, Polanyi (1976) e França Filho e Laville (2004).

- BRAUDEL, F. (1987): A Dinâmica do Capitalismo. S.P., Ed. Rocco,.
- BRAUDEL, F. (1992): História e Ciências Sociais: a longa duração. In BRAUDEL, F.: **Escritos sobre a História**. São Paulo, Editora Perspectiva.
- CÁNEPA, Eugenio Miguel (2003): Economia da Poluição. In MAY, Peter H. [et al] (Org): **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro, Ed. Elsevier.
- CASTELLS, M. (2000): A Sociedade em Rede: o poder da identidade. S. P., Paz e Terra.
- CHESNAIS, François: (1994): La Mondialisation du capital, Paris, Syros.
- CHÂTELET, F. [et all] (2000): História das idéias políticas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- COWEN, M. P. & SHENTON, R.W. (1996): Doctrines of Development. New York, Routledge.
- ELIAS, Norbert (1991): Quést-ce que la sociologie. Paris, Éditions de L'aube.
- ELIAS, Norbert (1994): A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, J. L. (2000): Os Estabelecidos e os Outsiders. R. J., J. Zahar.
- FIORI, J. L. (1999a): Estados, Moedas e Desenvolvimento. In.: FIORI, J. L. (Org.). Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. Petrópolis, Vozes, 1999.
- FIORI, J. L. (1999b): Introdução: De volta à questão da riqueza de algumas nações. In.: FIORI, J. L. (Org.). Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. Petrópolis, Vozes, 1999.
- FONSECA, E. G. da (1992): Vícios privados, benefícios públicos? A ética na riqueza das nações. São Paulo, Cia. das Letras.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de & LAVILLE, Jean-Louis (2004): Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre, UFRGS Editora.
- GIDDENS, A.: A Vida em uma Sociedade Pós-tradicional. In. Beck, U; Giddens, A.; Lasch, S.: **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. S.P., Unesp, 1997.
- HARVEY, David: A Sociedade Pós-moderna. S. P., Ed. Loyola, 1992.
- HIRSCHMAN, Albert O. (2002): As paixões e os interesses. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- HOBBS DE MALMESBURY, Thomas (1997): Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil. São Paulo, Ed. Nova Cultural.
- INGLEHART, Ronald (1995): Public Support for Environmental Protection: objective problems and subjective values in 43 societies. *PS: Political Science & Politics*. 1995.
- INGLEHART, Ronald (1997): Modernization and Postmodernization: cultural, economic and political change in 43 societies. Princeton, Princeton University Press.
- JONES, Charles I. (2000): Introdução à Teoria do Crescimento Econômico. R.J., Campus.
- MALUF, Renato S. J. (2000): Atribuindo Sentido(s) à Noção de Desenvolvimento Econômico. In Estudos: Sociedade e Agricultura. R.J., UFRJ/CPDA, número 15, outubro de 2000.

- MALUF, Renato S. J. (2004): Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. In Ensaio FEE Porto Alegre v. 25 n. 1.
- NORTH, Douglas (1992): Custos de Transação, Instituições e Desempenho Econômico. Rio de Janeiro, Instituto Liberal.
- PAULANI, Leda (2005): Modernidade e discurso econômico. São Paulo, Boitempo.
- POLANYI, K.(1976): El sistema económico como proceso institucionalizado. In Maurice Godelier (ORG.), **Antropología y Economía**. Barcelona. Editorial Anagrama. pp. 155-178.
- POLANYI, K.(2000): A Grande Transformação. RJ, Campus.
- PRZEWORKSKY, Adam (1991): Capitalismo e Social Democracia. SP. Cia. das Letras.
- PRZEWORKSKY, Adam (1995): Estado e Economia no Capitalismo. R. J., Relume-Dumará
- RÉMOND, R. (1977): O Século XIX. São Paulo, Cultrix.
- RIANI, F. (2002): Economia do Setor Público: uma abordagem introdutória. São Paulo, Atlas.
- SANTOS, B. S. S. (2003): Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. Coimbra, Portugal, mimeo.
- SANTOS, B.S.(2000):Crítica à Razão Indolente: contra o desperdício da experiência. SP Cortez.
- SEN, Amartya (2000): desenvolvimento como liberdade. S. P., Cia. das Letras.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1982): A teoria do desenvolvimento econômico. S.P., Abril Cultural.
- SWEEZY, P. M. (1982): Teoria do Desenvolvimento Capitalista. R. J., Zahar Ed.
- VINCENT, Andrew (1995): Ideologias Políticas Modernas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.